

Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX

Marie-jo Ferreira,
Sciences-Po Paris e URS

Quero, em primeiro lugar, agradecer muito sinceramente ao Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e à professora Beatriz Kushnir pelo seu convite que me possibilitou hoje vir apresentar os resultados das minhas pesquisas. Quero também agradecer ao Professor Daniel Aarão Reis, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, pelo seu acolhimento e pela sua ajuda na organização dessa missão que se inscreve no quadro do nosso acordo franco-brasileiro, CAPES-COFECUB.

Essa palestra faz parte de uma reflexão, de um trabalho global que eu fiz no quadro do meu doutorado sobre as relações entre Portugal e Brasil entre 1889 e 1922. Este trabalho tinha por objetivo geral compreender e analisar a passagem das relações coloniais às relações entre dois Estados soberanos e independentes. Ou seja, analisar as bases sobre as quais as relações entre Portugal e Brasil se tinham prolongado ou se tinham reconstruído depois da separação de 1822 e, em particular, no início do século XX, quando, participando das grandes correntes de pensamento da Europa do século XIX, Portugal e o Brasil buscaram também definir as bases ideológicas da nação e defender os valores e os interesses nacionais. Como essas correntes nacionalistas portuguesas e brasileiras entrecruzaram-se, acomodaram-se ou confrontaram-se? E, em particular, como esse encontro foi gerido ao nível diplomático? Dentro desse trabalho, uma das problemáticas que eu desenvolvi foi o papel dos portugueses do Brasil nessa "reconstrução" das relações luso-brasileiras, quando a imigração portuguesa no Brasil se torna, no século XIX, o principal alvo das relações bilaterais.

Com efeito, depois da Independência de 1822, se Portugal e Brasil mantêm globalmente relações cordiais, justificadas essencialmente por interesses econômicos e demográficos¹, as trajetórias políticas dos dois países divergem, pouco a pouco, no decurso do século XIX. No plano político e, em particular na política externa, Portugal e Brasil têm poucos interesses comuns. A política exterior do Brasil é principalmente dirigida para Buenos Aires, Londres e Washington, onde estavam concentrados os seus interesses comerciais e geopolíticos². A política estrangeira de Portugal é essencialmente baseada em três pontos: a questão colonial, a busca da neutralidade no contexto europeu e o estabelecimento de relações políticas cordiais com a Espanha³.

No entanto, no fim do século XIX, o governo português adota uma nova estratégia em relação ao Brasil, tentando aproximar-se politicamente da sua antiga colônia⁴. Esse projeto

¹ As relações luso-brasileiras no século XIX são dominadas por duas principais questões: a manutenção dos fluxos financeiros e comerciais entre os dois países e a importante imigração portuguesa para o Brasil. (Cf. os capítulos 3 e 4 de CERVO, Amado Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000, pp. 129-200. Org.: Dário Moreira de Castro Alves).

² Cf. CERVO, Amado Luiz. *op.cit.*, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991, pp. 13-134.

³ Num memorando de 5 de maio de 1859, dirigido ao príncipe Albert da Inglaterra, o rei português Dom Pedro V dá uma definição geral da sua política exterior, com base na neutralidade portuguesa, de entendimento com a Espanha, sem ruptura de aliança com a Inglaterra. MARTINEZ, Pedro Soares. *História diplomática do Portugal*, Lisboa, Verbo, p. 451.

⁴ Essa nova estratégia manifesta-se de diferentes maneiras: a arbitragem do governo português em favor do Brasil no conflito com a Inglaterra a propósito da soberania da ilha de Trindade (cf. pasta nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, ficheiros diversos do Brasil, "Questão entre o Brasil e a Inglaterra relativamente à soberania da Ilha da Trindade", 2º Piso, Caixa 1068, M2, A14); O projeto de viagem ao Brasil do rei Dom Carlos I, cancelado depois do regicídio de 1908 (cf. RODRIGUES CAVALHEIRO. "Dom Carlos I e o Brasil". In: *Política e História*. Lisboa, 1960, pp. 123-144).

inscreve-se numa política de esforços do governo português, em particular depois da humilhação do ultimato inglês de 1890, para afirmar-se como potência colonial moderna frente à cobiça das nações europeias sobre as colônias portuguesas da África⁵.

O projeto de aproximação com o Brasil se desenvolveu ainda mais depois da Proclamação da República portuguesa, em 1910. Além da vontade de garantir a integridade do patrimônio colonial português⁶, os dirigentes republicanos se esforçaram também para consolidar a legitimidade do novo regime, em nível nacional⁷ e internacional⁸, desenvolvendo um discurso nacionalista que confundiu a causa republicana e a causa nacional. Este discurso, que afirmava "a vocação colonizadora do povo português" e o "gênio" da raça portuguesa, pregava a união de todos os portugueses para apoiar a República, único regime capaz de defender a pátria portuguesa e as suas colônias⁹. Este discurso nacionalista se propôs também a mostrar a existência de uma comunidade lusófona, ou seja, defendeu uma identidade cultural, lingüística e histórica comum entre Portugal e as suas antigas e atuais colônias. Assim, a existência dessa esfera de influência portuguesa deveria provar a capacidade colonizadora de Portugal. O Brasil é, nesse discurso, que podemos chamar de "pan lusitanista", o melhor exemplo dessa capacidade colonizadora e a prova mesma da existência dessa comunidade lusófona. O Brasil é a prova de que o povo que o fez é também capaz de levar a luz da civilização à África, portanto, a colonização brasileira deve servir de exemplo à colonização africana. Assim, a valorização das relações com a sua antiga colônia permite às autoridades portuguesas provarem a existência dessa esfera de influência lusófona e afirmar a posição portuguesa na cena internacional como metrópole cultural e colonizadora eficiente frente aos seus concorrentes europeus.

Os imigrantes portugueses no Brasil têm um papel essencial nessa estratégia do governo português, primeiro como os principais agentes de difusão do discurso "pan lusitanista" e, depois,

⁵ A partir do fim do século XIX, as colônias portuguesas da África se tornaram objetos da permanente cobiça das potências europeias. Depois do ultimato imposto por Londres, em janeiro de 1890, Portugal teve que renunciar a um vasto território africano ligando Angola e Moçambique (cf. MARTINEZ, Pedro Soares. *História diplomática do Portugal, op. cit.*, pp. 507-510). Em 1898, a Inglaterra e a Alemanha assinaram uma convenção que previa o estabelecimento de esferas de influência sobre os territórios coloniais portugueses e a eventual anexação posterior desses territórios (cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Histoire du Portugal et de son empire colonial*. Paris: Karthala, 1998, p.435). A Inglaterra e a Alemanha justificaram esses projetos de conquista com campanhas sobre a má gestão das colônias portuguesas e sobre a impossibilidade de Portugal de civilizar e de valorizar os países africanos (cf. SEVERIANO TEIXEIRA. *L'entrée du Portugal dans la grande guerre*. Lisboa: Econômica, CPHM, pp. 98-100).

⁶ Um novo acordo é assinado entre a Inglaterra e a Alemanha em 1913, estabelecendo uma nova partilha das colônias portuguesas africanas e, sobretudo, alargando as possibilidades de intervenções dos dois países sobre os territórios portugueses. (Cf. OLIVEIRA MARQUES. *Histoire du Portugal et de son empire colonial, op. cit.*, pp. 421-422).

⁷ A legitimidade do novo regime no nível nacional é complicada pelas numerosas clivagens políticas, pelo analfabetismo e pela completa exclusão da maioria da população da vida política. Esta situação ainda está, por tradição, muito ligada à dinastia dos Bragança. O regime republicano português, recém-instalado, teve que enfrentar numerosas greves e diferentes tentativas contra-revolucionárias. (Cf. GÓMEZ ,Hipólito de la Torre, OLIVEIRA MARQUES, A.H. *Contra-Revolução. Documentos para a história da Primeira República portuguesa*. Lisboa, 1982).

⁸ A novidade da queda da monarquia portuguesa é acolhida com muita frieza numa Europa ainda predominantemente monárquica na sua maioria. As nações europeias esperam quase um ano para reconhecer oficialmente a nova República. (Cf. Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, pasta "Reconhecimento da República portuguesa", 3º piso, Armário. 3, Maço 13).

⁹ Assim, as autoridades republicanas organizam comemorações para os heróis da história portuguesa. O poeta português Camões é considerado, por exemplo, como "a encarnação mais pura da alma sagrada da Pátria e a mais alta simbolização das virtudes e das qualidades da raça". (Extrato do jornal *A Pátria* (10/06/24), citado por Luis R. Torgal, J.A. Mendes, F. Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Coimbra. Edição de Temas, Debates e Autores, 1998, p. 248. A política nacionalista passa também pela instrução. O governo republicano estabelece numerosas reformas escolares, em particular ao nível do ensino da história, que torna-se obrigatório para todos os anos do ensino primário e secundário. Essa reforma tem por objetivo desenvolver, segundo o próprio texto da reforma, "na alma dos alunos o respeito e o culto da Pátria". Citado por MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990, p. 23).

como principais promotores de uma aproximação luso-brasileira. Mais precisamente, dentro da grande colônia de imigrantes portugueses no Brasil, uma fração, muito bem integrada à sociedade brasileira, organizou-se para defender os seus interesses e se constituir como um grupo de pressão. Essa elite de intelectuais e de comerciantes apresentou-se como a representante dos interesses portugueses, posicionando-se como os interlocutores legítimos nas relações oficiais entre Portugal e o Brasil.

Essa comunicação desenvolverá sucessivamente os temas seguintes:

- A integração da imigração portuguesa para dentro da sociedade brasileira, e, em particular, dessa elite.
- As representações elaboradas por essa elite sobre a presença portuguesa no Brasil.
- Os esforços desenvolvidos por essa elite para promover uma política cultural luso-brasileira.

A integração da colônia portuguesa para dentro da sociedade brasileira

Até os anos 1930, o Brasil foi a destinação preferida de uma importante emigração portuguesa¹⁰. Mais de um milhão de portugueses partiram para o Brasil entre 1889 e 1930¹¹. Longe de constituir um grupo homogêneo e unido, a colônia portuguesa se caracterizou por numerosas divisões econômicas, sociais e políticas.

Um dos fatores dessa heterogeneidade é o perfil estrutural da emigração portuguesa que conheceu uma evolução importante no decurso do século XIX. Depois da Independência brasileira, as primeiras gerações de emigrantes portugueses que chegaram ao Brasil são majoritariamente bem acolhidas, muitas vezes por membros da família ou por amigos já instalados em Recife, Salvador ou no Rio de Janeiro e trabalharam sobretudo no setor comercial. No fim do século XIX, a emigração portuguesa torna-se uma emigração mais maciça, muito mais pobre, sem rede de acolhimento no Brasil. Assim, as condições de integração e de sucesso não são as mesmas para todos. Não existe uma homogeneidade econômica e social dos portugueses no Brasil que, no fim do século XIX, distribuem-se por uma larga escala social, do operário e do caixeiro na base, até o comerciante rico ou o banqueiro na outra extremidade. Se a maioria da população portuguesa no Brasil era constituída por pobres e operários, os poucos portugueses que conseguiram atingir um certo nível econômico e social, os *brasileiros*, como eram chamados em Portugal, procuram manter o sonho e o fluxo da emigração portuguesa. Esses *brasileiros* portugueses formaram uma elite, que dominou a colônia portuguesa, desempenhando um papel importante na vida econômica e social do Brasil.

O poder econômico dessa elite provinha sobretudo do comércio. Na segunda metade do século XIX, o comércio de importação, em particular a importação têxtil, permitiu que esses comerciantes portugueses acumulassem capitais, reinvestidos no setor imobiliário, nas finanças ou na indústria. O desenvolvimento da indústria têxtil no Rio de Janeiro, no fim do século XIX, foi particularmente realizado graças aos investimentos portugueses. Os portugueses foram também pioneiros na indústria do tabaco no Brasil.

Essa elite portuguesa se caracterizou por um associativismo muito forte. Diferentes fatores explicam o desenvolvimento de uma rede associativa lusitana importante no decurso do século XIX. A vontade de compensar a falta de ajuda consular para assistir e proteger os imigrantes portugueses provocou a criação de associações filantrópicas. Foi o caso, por exemplo, da *Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro*, criada em 1840 por Francisco João Muniz, encarregado do Consulado Geral de Portugal na cidade.

O objetivo da associação era assistir os portugueses no Brasil, ajudando, por exemplo, os imigrantes a encontrarem um trabalho, apoiando os prisioneiros e dando assistência sobretudo aos mais pobres, pagando, por exemplo, os seus enterros.

Muito rapidamente, a *Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro* tornou-se a mais sólida e a

¹⁰ Entre 1891 e 1911, a emigração portuguesa para o Brasil representa cerca de 93 % da emigração portuguesa total, 71,5% entre 1912 e 1930. EVANGELISTA, João. *Um século de população portuguesa*. Lisboa: I.N.E., 1971, p. 54.

¹¹ EVANGELISTA, João. *Um século de população portuguesa*, op. cit., p. 54.

mais famosa das associações filantrópicas e serviu de modelo para constituição de outras, nas demais cidades brasileiras. A *Beneficência* conheceu, a partir de 1870, um importante desenvolvimento, graças ao apoio de um grupo financeiro, dirigido pelo banqueiro português, José dos Reis, presidente da associação entre 1871 e 1887. Ele participou especialmente da ampliação e da construção de hospitais no Rio de Janeiro.¹² A outra grande associação filantrópica portuguesa foi a *Caixa de Socorros Dom Pedro V*, criada em 1863. A associação ajudava financeiramente os casos mais urgentes, protegendo as viúvas e os órfãos, propondo-se a dar uma assistência médica aos mais pobres. Os membros da associação eram todos portugueses, mas ela ajudou também os imigrantes de outras nacionalidades e até brasileiros¹³.

Um segundo tipo de associação respondeu à vontade daquela elite de fazer conhecer a cultura portuguesa no Brasil e de manter e valorizar a identidade cultural portuguesa. Destacou-se, em particular, o caso do *Real Gabinete Português de Leitura*, fundado em 10 de setembro de 1837. O *Real Gabinete* desenvolveu-se muito rapidamente e tornou-se uma das mais importantes sociedades literárias do Império brasileiro, possuindo uma biblioteca que rivalizava, graças aos seus arquivos e às suas atividades, com a Biblioteca Nacional. O *Real Gabinete* organizava sessões literárias comemorativas, congressos e encontros científicos. Essa associação manteve ligações estreitas com a *Academia Brasileira de Letras*. Entre 1900 e 1904, a *Academia* realizou as suas sessões no *Real Gabinete*, sob a presidência de Machado de Assis, antes de dispor do seu próprio edifício¹⁴. O *Retiro Literário Português*, associação criada em junho de 1859, teve também uma biblioteca importante e publicou uma revista mensal¹⁵. O *Liceu Literário Português*, criado em agosto de 1868, organizou cursos grátis de instrução primária e secundária, sem distinção de classe social ou de nacionalidade¹⁶.

Além das associações de tipo filantrópico e cultural, o associativismo português permitiu também a criação de clubes desportivos e artísticos, como por exemplo o *Clube Ginástico Português*, no Rio, que tem um Departamento de Educação Física, uma Escola de Teatro e uma sala de espetáculos.

Essas associações desempenharam então um papel bastante importante na vida social, cultural e desportiva da sociedade brasileira. Elas compensavam a falta de assistência e de ajuda das autoridades consulares portuguesas aos imigrantes portugueses no Brasil e assumiram a função de realizar trocas culturais entre Portugal e Brasil, na ausência de uma política cultural entre os governos dos dois países.

Entretanto, todas essas instituições eram muito dependentes das doações e dos subsídios dados pela elite portuguesa, que criou e fez viver essas associações, com diversos objetivos: manifestar o seu poder no interior da colônia portuguesa e, assim, apresentar-se como a representante legítima dos interesses portugueses frente aos governos português e brasileiro; encontrar na sociedade portuguesa metropolitana¹⁷, assim como na sociedade brasileira, um certo prestígio social.

O patrocínio e a responsabilidade de cargos de prestígio (como a presidência) dessas associações permitiram à elite portuguesa capitalizar o potencial social adquirido através da acumulação de riquezas. A elite portuguesa estava também muito presente na vida intelectual brasileira, em particular, no meio da imprensa. Numerosos jornalistas lusos escreveram nos principais jornais brasileiros. Alguns foram criados ou foram dirigidos, durante um momento, por

¹² PIZARRO LOUREIRO. *História da Beneficência Portuguesa (1840-1955)*. Rio de Janeiro, 1960.

¹³ CERVO, Amado Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*, op. cit., p. 248.

¹⁴ Entre os numerosos livros que existem sobre o *Real Gabinete*, podemos citar SILVA, Pedro Ferreira da. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, Edição comemorativa do 140º aniversário da fundação. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977.

¹⁵ CERVO, A. Luiz CERVO, MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*, op. cit., p. 246.

¹⁶ *O Liceu Literário Português (1868-1884)*. Rio de Janeiro, 1884.

¹⁷ Sob a monarquia portuguesa, a participação nessas instituições permitia o acesso a títulos de nobreza, dando assim uma legitimidade social a fortunas recentes, adquiridas, às vezes, por pessoas de origem social muito modesta.

portugueses. É o caso, por exemplo, do diário carioca, *Jornal do Comércio*, dirigido por Leonardo Caetano de Araújo (1808-1904) nos anos 1850. Caixeiro quando chegou ao Brasil em 1832, primeiro começou a trabalhar no diário como distribuidor, depois como jornalista até tornar-se diretor. Alguns anos mais tarde, o *Jornal do Comercio* é dirigido por um outro português, Antonio Ferreira Botelho, gerente associado do diário entre 1914 e 1923. Ele aproveitou a sua gerência no periódico para instalar a sede da Câmara Portuguesa de Comércio e de Indústria do Rio de Janeiro, que presidiu, a partir de 1914, instalada no mesmo prédio que o *Jornal do Comércio*.¹⁸

As ligações estreitas entre o meio comercial português e a imprensa da cidade do Rio de Janeiro foram enfatizadas pelo grande especialista em imprensa brasileira, Nelson Werneck Sodré. Para o historiador, os jornais da capital federal são extremamente dependentes do comércio português do Rio no início do século XX.¹⁹ A história do periódico *O Paiz*, outro grande jornal brasileiro caracterizado por uma importante presença portuguesa, testemunha também essas ligações. *O Paiz* é criado e dirigido, no início em 1884, pelo português João José dos Reis, personalidade importante do meio comercial e financeiro carioca. Em 1902, o jornal passa para a direção de um outro imigrante português, exilado político, depois da revolução republicana do Porto de 1891, João de Sousa Lage (1870-1925). Graças a alguns processos financeiros bem obscuros, João de Souza Lage tornou-se proprietário do jornal, desenvolvendo-o de uma maneira espetacular, fato que permitiu ao jornal tornar-se um dos mais importantes periódicos do Rio de Janeiro²⁰. Ao mesmo tempo, João de Souza Lage fez investimentos em diferentes negócios industriais. Para Nelson Werneck Sodré, João de Souza Lage aproveitou o controle que ele teve sobre um dos principais jornais brasileiros da época para desenvolver os seus negócios privados:

“João Lage tipificou, realmente o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal”²¹.

A elite da colônia portuguesa no Brasil desenvolveu também uma imprensa tipicamente portuguesa, dirigida sobretudo para os portugueses que viviam no Brasil. Segundo a lista não exaustiva de Maria Beatriz Nizza da Silva, no seu livro sobre as fontes disponíveis no Brasil sobre a emigração portuguesa, *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil*, havia mais de 40 jornais no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre 1850 e 1950²².

Não podemos falar do meio intelectual português no Brasil, sem já evocar o jornalista e escritor, Carlos Malheiro Dias, que é sem dúvida um dos intelectuais mais importantes da colônia portuguesa no início do século 20, de um lado porque ele foi um dos mais ativos e dos mais famosos, e de outro lado, porque ele também era bem conhecido dos meios intelectuais brasileiros. A mensagem de 1922 do embaixador brasileiro em Lisboa testemunha esse reconhecimento da parte do meio intelectual brasileiro:

“Sr Malheiro Dias goza, pelo alto valor pessoal, de um grande prestígio nos meios intelectuais brasileiros”²³.

Filho de pai português e de mãe brasileira, Carlos Malheiro Dias nasce no Porto em 1875.

¹⁸ ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Imigração e xenofobia nas relações luso-brasileiras, 1890-1930*, op. cit., p. 89.

¹⁹ *O Paiz* era o principal periódico republicano no Brasil, chegando a vender 32 mil exemplares no início do século XX. Rui Barbosa, Urbano Duarte, Joaquim Nabuco escreveram em suas páginas. Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 324.

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, op. cit., pp. 381-384.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck., *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 381.

²² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil: 1850-1938*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992, pp. 114-115.

²³ Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro (Itamaraty), Correspondências, Missões diplomáticas brasileiras, (215/1/01), ofício, Lisboa, 21/02/1922, A. de Fontoura Xavier a J. M. de Azevedo Marques.

Torna-se famoso com o seu romance, publicado em 1876, *A Mulata*²⁴, história de perdição e de amor entre um jovem homem e a sua amante, uma mulata. O livro é considerado de tipo naturalista, pois Dias trata da prostituição e do vício no Rio, que ele personaliza no papel dessa jovem mestiça, a mulata Honorina. Apesar de muitas críticas, as suas qualidades literárias fazem com que ele alcance um grande sucesso tanto em Portugal como no Brasil, onde foi convidado a ser membro da Academia Brasileira de Letras, em 1907. Monarquista, ele teve que fugir para o Brasil em 1912, onde colaborou e dirigiu numerosas revistas²⁵.

Apesar de posições políticas muitas vezes radicais²⁶, Carlos Malheiro Dias é considerado o porta-voz da elite portuguesa no Brasil nos anos 1910-1920, porta-voz de um discurso sobre a unidade da colônia portuguesa e sobre a valorização da presença portuguesa no Brasil.

As representações da elite portuguesa no Brasil

A elite dedicou-se com efeito a apagar as diversidades sociais, econômicas e políticas da colônia portuguesa pela elaboração de um discurso de união e de comunhão em torno da afirmação da identidade nacional portuguesa.

Sob a influência de diversos fatores – o fato de Portugal ser o país ex-colonizador, uma presença importante de portugueses no comércio, a chegada maciça de uma imigração rural pobre, uma corrente nacionalista brasileira anti-lusitana – a imagem dos portugueses no Brasil é bastante desvalorizada: a imagem do comerciante rico, que enriquece em detrimento do brasileiro, se alternava com a imagem do pobre trabalhador analfabeto, inculto e oriundo de uma comunidade portuguesa muito dividida politicamente.

A elite portuguesa esforçou-se para corrigir essa imagem. Ela opôs à imagem do imigrante inculto e parasita a imagem de um trabalhador obediente e apolítico e dedicou-se a mostrar que o imigrante português é “*honesto, trabalhador, sóbrio, ordeiro, tolerante, arrojado e caritativo*”²⁷, e, portanto, bem diferente dos numerosos excluídos sociais, que se encontravam nas ruas das grandes cidades. A elite portuguesa no Brasil veicula em particular a idéia de que o português não é um imigrante como os outros, que os portugueses não são estrangeiros no Brasil, pois portugueses e brasileiros são ligados pela história, pela raça, pela língua e pela fé religiosa. A contribuição da imigração portuguesa é valorizada como um elemento positivo para o Brasil e para o povo brasileiro, que evitaria, assim, uma “desnacionalização” da sua cultura, ameaçada pela imigração de povos de raça, de língua, de tradição ou de religião diferentes. O jornalista português, Alexandre de Albuquerque, que trabalha no Brasil para diferentes revistas e jornais, exprime “muito claramente” essa ideia:

“*O fundo da brasilidade era, e é, o lusitanismo, mas se então o turbilhão migratório das raças heterogenias tivesse caído sobre o Brasil, tal fundo não resistiria, teria dissolvido esse turbilhão e a brasilidade que é um desdobramento do lusitanismo, teria hoje uma característica bem diversa, talvez indefinida, mas diferente da dos heróis, que no calvário da história, prepararam a grande nacionalidade brasileira para os seus destinos imortais*”²⁸.

A exaltação do trabalhador imigrante português é articulada à valorização da elite, na sua ação filantrópica e cultural. A elite assume o dever de conduzir e de representar a massa, a colônia portuguesa, como o mostra esse discurso, proferido na ocasião de uma comemoração do *Liceu Literário Português*:

²⁴ Carlos Malheiro Dias, *A mulata*, Lisboa, SE, 1896.

²⁵ Nelson H. Vieira, *Brasil e Portugal: a imagem recíproca*, Lisboa, Instituto de cultura e Língua portuguesa, 1991, p. 150.

²⁶ Carlos Malheiro Dias é ligado ao movimento nacionalista católico integral português, *Integralismo lusitano*, diretamente influenciado pela *Action Française*, reivindicando em particular um regime autoritário no Portugal.

²⁷ Citado no Pedro Muralha, *Portugal no Brasil*, Lisboa, Tip. Luso-Grafica, 1927, p. 83.

²⁸ Citado no Pedro Muralha, *Portugal no Brasil*, op. cit., p. 225.

“Hoje, como sempre, no seio da colônia aparecem homens providenciais e abnegados, às vezes obscuros, quase sempre modestos, que se substituem ao poder infecundo da multidão, interpretam as suas aspirações subconscientes e lhe tutelam e acautelam o patrimônio. Foram esses homens que fundaram as grandes obras humanitárias e culturais da colônia. Zelosamente velam por elas, as servem, as engrandecem e as enriquecem”²⁹.

As associações portuguesas no Brasil têm que ser o reflexo da união da colônia portuguesa em torno da nacionalidade e da identidade portuguesas, que são mantidas vivas nessas instituições. Essas associações são financiadas e controladas pela elite, que constitui assim a ligação entre a colônia portuguesa e a sua terra natal e entre a colônia portuguesa e o seu país adotivo. A obra filantrópica e cultural da colônia portuguesa no Brasil simboliza, assim, segundo a expressão do historiador português Rui Ramos, “a materialização de um Portugal reinventado do outro lado do Atlântico”³⁰, um Portugal que se prolonga fora da Europa, através dos seus emigrantes, filhos expatriados, mas ainda patriotas.

A elite portuguesa no Brasil defende a nação portuguesa e valoriza a presença e a herança de Portugal e dos portugueses na construção da nação brasileira. A *História da colonização portuguesa do Brasil*³¹, obra que pretende ter um caráter científico, artístico e literário, cujo primeiro volume aparece em 1921, é particularmente representativa dessa estratégia da elite portuguesa. A obra é dedicada às comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil. Carlos Malheiro Dias é responsável pela direção e pela coordenação literária da publicação, que é financiada em grande parte por um industrial português do Brasil, Albino Sousa Cruz. Segundo esse último, esse trabalho teria sido sugerido pela Câmara Portuguesa de Comércio e de Indústria do Pará³². O objetivo dessa obra é glorificar o papel de Portugal e dos portugueses na formação da nação brasileira, como o explica Carlos Malheiro Dias numa conferência:

“É tempo de Portugal vir depor no tribunal da História, exibindo as certidões dos seus arquivos e reivindicando para o Brasil a honra de haver sido a primeira colônia da América em que se gerou o sentimento da pátria; aquela em que mais depressa se desenvolveram as letras e as artes; aquela que maiores sacrifícios teve de arrostar para defender a sua integridade (...) A importância que este austero trabalho de ciência histórica deverá assumir, tanto nas relações entre os dois povos, como na exaltação da consciência nacional brasileira, é de uma magnitude que se sobrepõe a todas as questiúnculas e a todos os sofismas. Uma raça que produziu na Europa figuras da estatura de Bartolomeu Dias, de Vasco de Gama (...) e que produziu na América a prole cavalheiresca dos heróis da guerra contra a Holanda, o talento político do Barão do Rio Branco e do Marechal Floriano, o gênio de Rui Barbosa, de Gonçalves Dias, de Euclides da Cunha, de Machado de Assis (...) não merece ser suplantada no seu domicílio geográfico por outras raças e deve encontrar a resistência de uma consciência nacional orgulhosa das suas tradições e das suas origens, para não converter em uma alma híbrida e inconsistente aquela alma idealista criada, desde o embrião, no materno seio racial”³³.

Na introdução do primeiro volume, Albino Sousa Cruz exprime a vontade dos responsáveis pela obra de reafirmar a importância da religião, da língua e da fraternidade como características das relações luso-brasileiras e o papel fundamental dos imigrantes portugueses nessa fraternidade, pois “o amor inextinguível entre Brasil e Portugal não poderia subsistir sem a

²⁹ “Discurso do Sr Carlos Malheiro Dias proferido no lançamento da pedra fundamental em 10.09.33”. In: *Liceu Literário Português: 100 anos de vida a serviço do ensino e da cultura*. Rio de Janeiro, 1968, p. 34.

³⁰ Rui Ramos, “A segunda fundação (1890-1926)”. In: MATOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial

Stampa, pp. 588-589, Vol. VI.

³¹ Carlos Malheiro Dias, *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921.

³² Carlos Malheiro Dias, *História da colonização portuguesa do Brasil*, op. cit., p. 2.

³³ *História da colonização portuguesa do Brasil. Conferência realizada pelo eminente escritor Carlos Malheiro Dias no Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Companhia Litográfica Ferreira Pinto, 1921, pp. 15-16.

presença do imigrante português”³⁴.

A visão da colonização portuguesa no Brasil, divulgada por Carlos Malheiro Dias, pode ser resumida em três pontos:

- 1- Os portugueses improvisaram uma civilização nos trópicos, dominando não só a selvageria dos índios, mas também a natureza tropical. Os portugueses levaram soldados, agricultores, sementes, animais domésticos ao Brasil, trazendo assim os símbolos da civilização para domesticar a terra.
- 2- Portugal levou o sangue, a língua e a religião ao Brasil, dominado pela barbárie.
- 3- A dominação da terra e o estabelecimento da civilização no Brasil provam a capacidade colonizadora de Portugal.

Para Carlos Malheiro Dias, a colonização portuguesa permitiu o estabelecimento de uma fraternidade luso-brasileira, baseada na história, na língua e na fé religiosa. Para justificar esse discurso e desenvolver essa política de relações fraternais luso-brasileiras, a elite portuguesa no Brasil promove a aproximação intelectual e cultural entre Portugal e Brasil.

Promotores de uma política cultural luso-brasileira

A elite portuguesa dispôs - para realizar esse objetivo - da sua vasta rede associativa que valorizava a identidade portuguesa e encorajava a multiplicação das trocas políticas e culturais entre Portugal e Brasil. E contava, em particular, com o *Real Gabinete Português de Leitura*, que se esforçava para desenvolver as trocas culturais entre os dois países. Além do acesso ao conhecimento sobre a cultura portuguesa através da sua magnífica biblioteca, a instituição organizava regularmente encontros artísticos e congressos científicos.

Nos anos 1910-1920, apareceram numerosas revistas destinadas a melhorar os conhecimentos e as trocas recíprocas entre os dois países. É, por exemplo, o caso da revista *Lusitânia*, criada pelo jornalista já evocado Alexandre de Albuquerque, e publicada pela primeira vez em 3 de junho de 1916, no Rio de Janeiro. No editorial do primeiro número, Albuquerque definiu os objetivos da revista:

*“Esta revista tem uma aspiração muito nobre: ser um laço subtil e gracioso, pelo espirito e pelo coração, entre Portugal e Brasil. O seu fim é comentar, com carinho e com ternura, a vida portuguesa e brasileira. Propomo-nos a observar todos os assuntos da atividade humana, na ciência como na arte, no comércio como na indústria, tudo que concorra para o desenvolvimento da comunhão luso-brasileira, neste momento em que a defesa das nacionalidades e das raças, fora mesmo dos campos de batalha, se torna uma imperiosa necessidade”*³⁵.

É também interessante evocar a existência de uma outra revista, *Atlântida*, cujo primeiro número parece em 15 de maio de 1915. Criada sobre o patrocínio dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros português e brasileiro, a revista é co-dirigida pelo jornalista e poeta brasileiro Paulo Barreto (cujo pseudônimo para escrever é João do Rio) e o escritor português João de Barros.

Essa publicação teve por objetivo fornecer informações sobre a vida artística, literária e social dos dois países e estudos sobre as relações luso-brasileiras. A revista, definida por João de Barros como *“o órgão de um aproximação recíproca”*³⁶, encorajava e apoiava o desenvolvimento das trocas culturais entre Portugal e o Brasil. É nesta revista que o escritor português Bettencourt Rodrigues expõe pela primeira vez o seu projeto de confederação luso-brasileira num artigo, em 17 de junho de 1917, que tem por título *“Será possível uma nova e grande Lusitânia?”*³⁷.

Bettencourt Rodrigues propôs a união política dos dois países num sistema federativo, no qual Brasil e Portugal ficariam com as suas próprias instituições políticas, mas teriam uma

³⁴ Carlos Malheiro Dias (org.), *História da colonização portuguesa do Brasil*, op. cit., pp. 1-2.

³⁵ *Lusitânia*, 03/06/1916, editorial.

³⁶ *Atlântida*, Ano I (1915), n° 1, preâmbulo, p. 8.

³⁷ “Será possível uma nova e grande Lusitânia?”. *Atlântida*, Ano III (1917), n° 20, 15/06/1917.

representação comum para tratar em particular das questões de política internacional. Essa confederação seria representada por um congresso no qual teriam tantos representantes portugueses, tantos representantes brasileiros e seria dirigida por um presidente, alternadamente, português e brasileiro, eleito pelos membros desse congresso. Com efeito, os intelectuais portugueses, tanto de Portugal como do Brasil encorajavam também uma união política entre os dois países. A propósito disso, é interessante observar que os dirigentes republicanos portugueses não afastaram essa idéia de uma união política, como testemunha a reação do ministro dos Negócios Estrangeiros, falando do projeto de Bettencourt Rodrigues:

*“Nas relações com os brasileiros, manifestará V.Exa. o empenho no estreitamento das relações entre os dois países, cuja evolução tem sido paralela, conservando sempre as características essenciaes do seu lusitanismo. Empregará os melhores esforços para essa intimidade de relações intellectuaes e economicas, sem desprezar a ideia ultimamente lançada duma união politica”*³⁸.

Existiram também numerosas iniciativas individuais de intelectuais portugueses no Brasil para favorecer o desenvolvimento de uma aproximação luso-brasileira. Por exemplo, o escritor português Fran Paxeco (1874-1952) fica mais de 20 anos no Brasil, período durante o qual ele empenhou muitos esforços para desenvolver as relações literárias entre os dois países. Ele organizou, por exemplo, um congresso literário luso-brasileiro em 1903³⁹.

A presença de escritores portugueses no Brasil e os seus esforços explicam por que a literatura portuguesa se tornou bastante conhecida nos meios intelectuais brasileiros no início do século 20, como analisou o historiador e escritor João Alves das Neves no seu livro, lançado em 1992, *As relações literárias de Portugal com o Brasil*⁴⁰. Pode-se também citar o exemplo do trabalho do intelectual português Augusto de Lacerda que organizou, em numerosas cidades brasileiras, conferências sobre as relações históricas, políticas e culturais entre Portugal e o Brasil e estabeleceu comissões destinadas a estudar a possibilidade de desenvolver as ligações entre os dois países⁴¹.

De acordo com as análises do historiador Pierre Milza, que enfatiza o papel das comunidades de imigrantes como atores da política internacional e como agentes dinâmicos nas relações bilaterais entre os países que recebem e os países que fornecem mão-de-obra⁴², essa elite portuguesa no Brasil é a prova mesma do papel de agente dinâmico das comunidades imigrantes nas relações entre Estados.

Por essa razão, as autoridades republicanas portuguesas eram particularmente atentas e apoiavam os esforços da comunidade portuguesa no Brasil para a promoção da herança lusitana no país e para a aproximação luso-brasileira. Elas mobilizavam-se, em particular, nos anos que se seguem à Proclamação da República, para republicanizar a comunidade portuguesa no Brasil e fazer os seus membros aderirem aos novos valores republicanos, através da reorganização do corpo consular no Brasil e através da criação de centros republicanos⁴³.

³⁸ Arquivos do ministério dos Negócios Estrangeiros português, Livro de Registro de Correspondência, Legação portuguesa no Rio, série II, v. 21, despacho de João Carlos de Melo Barreto a Duarte Leite, Lisboa, 03/04/1920.

³⁹ Maria Margarida Maia Gouveia, *Sobre as relações culturais entre Portugal e o Brasil nos fins do século XIX: uma*

carta de Fran Paxeco a Teófilo Braga. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1983.

⁴⁰ João Alves das Neves. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Instituto de Cultura e de Língua Portuguesa, 1992.

⁴¹ Arquivos do ministério dos Negócios Estrangeiros português, Correspondências dos consulados e legações de Portugal no Brasil. Legação no Rio de Janeiro. Correspondência entre Bernardino Machado e Antonio Caetano Junior. Caixa 231, ofício (série A/nº8/res.), 10/02/1913.

⁴² Pierre Milza, “La migration internationale: un enjeu épistémologique ?”. In: *Relations Internationales* (54), été 1988, pp. 131-134.

⁴³ “La propagande de la jeune République portugaise en direction de la colonie portugaise monarchiste du Brésil: enjeux nationaux et internationaux (1910-1912)”. In: *Les Républiques en propagande. Pluralisme politique et propagande: entre devoir et institutionnalisation 19^e-20^e siècles*. Org. ROLLAND, Denis, GEORGAKAKIS, Didier,

Assim, o discurso de fraternidade luso-brasileira, largamente desenvolvido pelos intelectuais portugueses do Brasil, domina o encontro dos chefes de Estado brasileiro e português em setembro de 1922, no Rio de Janeiro, na ocasião das comemorações do centenário da Independência. Os discursos oficiais ilustram perfeitamente esse fato, como, por exemplo, o discurso do presidente da República portuguesa, José Antonio de Almeida, recebido na Câmara dos Deputados brasileiros:

“Collaboradores da mesma obra de civilização, tão juntos temos trabalhado, portugueses e brasileiros, para sempre ficarmos irmãos. As duas pátrias são como águias que suspendem o vôo na sequência de um destino eterno, para se unirem sob a asa da sua tradição ancestral, como duas águias oriundas dos serros da Lusitânia que quisessem sentir por um instante o calor do agasalho comum (...) Portugal descobriu, povoou e defendeu contra a cobiça dos estranhos o vasto território do Brasil. O Brasil independente de hoje tem pois de agradecer a Portugal o facto de ele lhe ter legado intacto, à custa de torrentes de sangue e torrentes de lágrimas, tamanho e tão rico património. Mas Portugal tem que agradecer ao Brasil independente de hoje a energia, a bravura, a inteligência e o amor da raça com que ele tem sustentado, desenvolvendo a sua obra, o Brasil, que foi a maior glória do seu grande passado”⁴⁴.

Ou ainda o discurso do Presidente da Câmara dos deputados brasileiros:

“De povo a povo, laços não existem, nem mais íntimos, nem mais fortes, que os que vinculam o Brasil a Portugal. São laços de família, creados pelo mesmo sangue generoso e rubro; originarios do mesmo tronco genealógico; entretecidos pelas fibras resistentes da mesma musculatura gigantesca; apertados, dia a dia, pela trama encantadora das bellezas e harmonias de uma lingua commun, vehiculo esplendoroso de seus pensamentos, de suas dôres, de seus affectos, de suas esperanças, de seus altos ideaes, de suas nobres aspirações; consolidados pelas gloriosas tradições da mesma raça; robustecidos pelos élos inquebrantaveis da mesma fé. Filho de Portugal, emancipou-se o Brasil, como do poder paterno se emancipam todos os filhos em idade adulta; mas essa separação legitima e natural se fez como se fazem as emancipações civis: sem abalos, sem desavenças, sem odios, sem agravos (...)”⁴⁵.

Esse discurso de fraternidade luso-brasileira, baseado no sentimento de filiação a uma tradição histórica e cultural comum, vai dominar o diálogo oficial entre o Estado português e o Estado brasileiro em todo o século XX, em particular graças à ação dos portugueses do Brasil.

Queria finalmente terminar essa comunicação com algumas observações metodológicas e historiográficas:

Ao contrário da imigração italiana, alemã ou japonesa, a bibliografia sobre a imigração portuguesa no Brasil é muito pobre, em particular sobre o seu lugar e o seu papel na sociedade brasileira. A historiografia sobre esse tema foi, durante muito tempo, limitada aos livros escritos por portugueses, há mais de 50 anos, com o objetivo de valorizar a presença e a ação da imigração portuguesa no Brasil.

Hoje, alguns pesquisadores tentam compensar essa falta. É, por exemplo, o caso de Tania Penido Monteiro, que estudou, nos anos 80, o lugar da comunidade portuguesa no comércio da Bahia no século XIX⁴⁶, ou ainda de Gladys Sabina Ribeiro, professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), que analisou o problema da lusofobia, através dos conflitos entre portugueses e brasileiros durante a Primeira República⁴⁷. Mais recentemente, Lená Medeiros de Menezes, professora na Universidade do Estado do Rio (UERJ), no seu estudo sobre os excluídos sociais no Rio de Janeiro durante a Primeira República, trata da imigração portuguesa, analisando aqueles

DÉLOYE, Yves. Paris: L'Harmattan, 2006, pp. 187-196.

⁴⁴ Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, fichário Diversos - Brasil: “Viagem ao Brasil de S. Exa o senhor Presidente da República” (3º Piso, A18, M13) – Discurso do 17/11/1922.

⁴⁵ Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Discurso de Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara dos Deputados, 20/09/1922. Fichário - Diversos - Brasil: “Viagem ao Brasil de S. Exa o senhor Presidente da República” (3ºPiso, A18, M13).

⁴⁶ Tania Penido Monteiro, *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XX Emigração e comércio*. Porto: Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos, 1985.

⁴⁷ Gladys Sabina Ribeiro. “Cabras” e “Pés- de- chumbo”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930*. Niterói: UFF, 1987 (dissertação de Mestrado).

portugueses "culpados" de pobreza ou de filiação aos movimentos sindicais⁴⁸. Fernando Teixeira da Silva, professor na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), expôs num artigo em 1997, os resultados das suas pesquisas ao analisar as relações entre a imigração portuguesa e o movimento operário no Brasil⁴⁹. Eulália Maria Lahmeyer Lobo desenvolveu em 2001 a primeira síntese sobre a imigração portuguesa no Brasil,⁵⁰, obra que se tornou fundamental para quem quer estudar esse assunto.

Podemos chegar às mesmas conclusões sobre a historiografia das relações luso-brasileiras. Depois ter constatado as importantes carências bibliográficas sobre o tema das relações luso-brasileiras após a Independência, decidi basear as minhas pesquisas prioritariamente sobre as fontes diplomáticas, a fim de propor uma história das relações internacionais "clássica", dada a ausência de um trabalho já feito nesse sentido. Mas alarguei o espaço das minhas pesquisas à história das representações, porque as representações recíprocas entre o Portugal e o Brasil, muitas vezes distorcidas, contribuíram também para a construção das identidades portuguesas e brasileiras. Trabalhei, em particular, sobre a imprensa e sobre obras contemporâneas do período estudado. Valorizando a contribuição da análise das representações recíprocas sobre a história das relações diplomáticas entre o Portugal e o Brasil, tinha assim o objetivo de mostrar o interesse de associar a História Social e Cultural à História das Relações Internacionais no campo da pesquisa e de manifestar a importância da dimensão social e cultural da história luso-brasileira.

⁴⁸ Lená Medeiros de Menezes. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

⁴⁹ Fernando Teixeira da Silva, "Imigração portuguesa e movimento operário no Brasil - Fontes e arquivos de Lisboa".

In: Acervo - Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 10, n° 2 (jul-dez 1997), 1998, pp. 97-108.

⁵⁰ Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.